

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: PANORAMA E PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PFEIFER, Mariana – UFPR
marianapfeifer@gmail.com

GIARETA, Paulo Fioravante - UFPR
pfgiaretta27@yahoo.com.br

Área Temática: Políticas Públicas e Gestão da Educação
Agência Financiadora: Observatório da Educação - Capes/INEP

Resumo

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ao longo dos últimos anos, sistematicamente, tem disponibilizado dados estatísticos que possibilitam leituras sobre a educação Brasileira. O presente trabalho, de posse destes dados, busca tecer uma compreensão da panorâmica histórica, especificamente, sobre a expansão da Educação Superior brasileira com ênfase nos movimentos estatísticos de 1995 a 2007, intencionando identificar a perspectiva desta expansão para a Formação de Professores. Assim, face a identificação de grande demanda por formação superior neste início de século XXI e, especificamente, pela existência, conforme dados do governo, de 600 mil professores atuando no país sem formação específica da área, o presente trabalho responde pela problemática de compreensão das políticas públicas de atendimento destas demandas de expansão da oferta de Ensino Superior e pelas políticas de Formação de Professores. O trabalho se estrutura metodologicamente sobre a análise qualificadora dos dados estatísticos apresentados pelo INEP no período de 1995 a 2007, acompanhado de revisão bibliográfica sobre a temática em estudo. Os dados estatisticamente quantificam um cenário contínuo de expansão do Ensino Superior no Brasil a partir da política de incentivo a iniciativa privada e à modalidade de Ensino à Distância, o que precipita uma maior cobrança social sobre investimentos reais nas instituições públicas de educação superior a partir de políticas de democratização da acessibilidade e da inclusão social. Uma das áreas que demandam maior prioridade de atuação das instituições públicas está no campo da Formação de Professores, que atualmente busca a implementação de um plano nacional específico para minimizar os déficits históricos.

Palavras-chave: Educação Superior; Formação de Professores; Expansão.

Introdução

O presente artigo insere-se no debate acerca das políticas voltadas à expansão do Ensino Superior e a Formação de Professores, buscando construir uma leitura de panorama histórico do Ensino Superior no Brasil nos últimos anos do século XX e neste início do século XXI e tecer algumas aproximações quanto às perspectivas face às novas políticas públicas do Governo Federal. As considerações aqui apresentadas partiram da sistematização e análise de

indicadores estatísticos elaborados a partir dos Censos da Educação Superior de 1991 a 2007 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹.

No Brasil, a educação é reconhecida como um direito de cidadania pelo Ato Constitucional de 1988, especificamente no Art. 205, em que reza: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 quando da definição dos princípios e fins da educação nacional, ratifica, ainda em seu Art. 2, a preocupação com a formação integral do ser humano, isto é, “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Posta na esfera do direito, tal como escriturado na legislação, a Educação vem tendo grande ressonância nos debates nacionais. No que se refere à Educação Superior, a Conferência Nacional sobre Educação Superior realizada em abril de 2009, reafirmou ser função do Ensino Superior a preocupação com a inclusão, o desenvolvimento e a transformação social, bem como a responsabilidade com a redefinição dos modelos educacionais e a Formação de Professores.

Quando tomada do ponto de vista superestrutural, a educação exerce um papel fundamental no desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade, desempenhando a ampla tarefa de socialização, intelectualização e politização dos sujeitos. Entendida como um processo que pode contribuir para transformação social pela transformação da consciência, a educação põe-se, com Saviani (1989, p.83), enquanto “uma atividade mediadora no seio da prática social global”. Paulo Freire, do mesmo modo, acorda que à educação se põe o papel político dado pelo seu caráter de “intervenção no mundo”, consubstanciado em possibilidades de “reprodução” e de “desmascaramento” de ideologias, trazendo o sujeito ao cenário da transformação, isto é, “meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências” (FREIRE, 1996, p.77).

¹ Este artigo é resultado dos estudos e pesquisas realizados no âmbito do Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação (NuPE) vinculado a Linha de Pesquisa em Política e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Com financiamento do Observatório da Educação – Capes/INEP, o projeto “Políticas de Formação do Professor e Qualidade da Educação Básica: o projeto pedagógico das licenciaturas, os condicionantes da qualidade, o perfil dos professores e o desempenho dos estudantes no Estado do Paraná” vem construindo um banco de dados resultante da análise estatística dos dados dos Censos da Educação Superior disponibilizados pelo INEP, a partir do qual os pesquisadores realizam seus estudos e análises.

Por outro lado, verifica-se que a educação também é entendida enquanto estratégia para preparação e a qualificação de profissionais para o desempenho de atividades produtivas no mundo do trabalho contemporâneo. Ou seja, reconhece a inserção cada vez mais preponderante da ciência e tecnologia na esfera do trabalho, exigindo do trabalhador, o domínio contínuo de novos conhecimentos, a familiaridade com linguagens científicas e o manuseio de novos paradigmas epistemológicos.

Buscando identificar a materialização, tanto do ideário da educação como um direito da formação do sujeito cidadão e de sua preparação para o mundo do trabalho, quanto ao propósito de garantir maior acesso ao Ensino Superior no Brasil, no âmbito da política pública do Governo Federal, são relevantes – ao menos quantitativamente – os dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009) ao anunciarem que somente com o Programa Brasil Universitário, em 2008, o Governo Federal investiu R\$ 14,7 bilhões com estudantes matriculados na rede pública federal.

Não obstante a relevância concedida à educação tanto no âmbito da sociedade quanto da esfera política e intelectual, os dados do Orçamento Federal de 2008 registram que do total de R\$ 924 bilhões, os investimentos em educação do Governo Federal representam 2,57% deste total (AUDITORIA CIDADÃ, 2009, p.1). Observando a distribuição dos recursos, verifica-se que

As despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram 30,57% dos recursos do período, ou seja, o equivalente a R\$ 282 bilhões, e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como saúde (4,81%), educação (2,57%) e assistência social (3,08%). Além disso, é quase nulo o valor destinado a setores importantes como Organização Agrária (com apenas 0,27% dos gastos), Transporte (0,51%), Ciência e Tecnologia (0,43%), Habitação (0,02%) e Saneamento (0,05%).

É a partir deste ideário teórico e indicativos políticos, que compreendemos ser relevante a análise estatística da efetiva estruturação da expansão do Ensino Superior no Brasil, devotando um olhar de perspectiva para os efeitos desta expansão sobre a formação de professores.

A Expansão do Ensino Superior no Brasil

Estudiosos do Ensino Superior como Rossato (2005), demonstram que era considerada uma política afirmativa de Portugal o não incentivo ou até mesmo o impedimento da construção de Universidades em suas colônias, entre elas o Brasil. Em decorrência desta

política portuguesa, as únicas e fragmentadas experiências de Ensino Superior no Brasil durante o Período Colonial são aquelas advindas da organização dos colégios da Companhia de Jesus, os Jesuítas, com eminente preocupação evangelizadora e catequética.

Segundo Rossato (2005) e Xavier; Ribeiro; Noronha (1994), a partir do século XIX, a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro no Período Imperial e a consequente criação de novas demandas, impôs a necessidade de formação de quadros e burocratas para atender aos interesses do Coroa que contribuíram para fomentar uma maior abertura ao Ensino Superior no Brasil. Embora ainda não tenha sido possível a criação de Universidades, este período acena para o incentivo ao Ensino Superior mediante o investimento na criação de faculdades isoladas, onde as primeiras foram faculdades de direito, medicina e engenharia, instituições visivelmente devotadas a atender as demandas do Estado Imperial. Segundo estes autores, o Brasil só consegue registrar a existência efetiva de uma Universidade a partir de 1920 e sinais visíveis de real expansão do Ensino Superior a partir de 1945, chegando ao “final da década de 1950 com 21 universidades e mais de cem instituições de ensino superior” (ROSSATO, 2005, p.144). Vale ressaltar que esta expansão está focada na criação das Universidades Federais e no incentivo a Universidades privadas, especificamente aquelas organizadas pela Igreja Católica e que são denominadas de Pontifícia Universidade Católica (PUC).

A expansão do ensino superior, enquanto objeto específico da presente pesquisa, diz respeito às décadas finais do século XX, quando o Ensino Superior do Brasil passou por duas fases de grande expansão. A primeira fase ocorreu no período da Ditadura Militar, onde o número de matrículas aumentou seis vezes no transcorrer de 1964 a 1980, aumentando, também, o número de Instituições de Ensino Superior (IES). Na década de 1980, o país chegou ao total de 882 IES (ANDRICH, ZAINKO, MICHELOTTO, 2006). Como mostra o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (Apud FÁVERO, 2006, p.35), de 1968, na época já se apontava a necessidade de “oferecer produto universitário amplamente diversificado e capaz de satisfazer às solicitações de um mercado de trabalho cada vez mais diversificado”. Todavia, o período de 1980 a 1995, que compreendeu a abertura política e a redemocratização no país, não houve crescimento significativo da rede de Ensino Superior.

A Educação Superior passa por reformulações mais substanciais no contexto da Reforma do Estado levada a cabo fortemente no Governo Fernando Henrique Cardoso (Governo FHC), a partir da segunda metade de 1990. Orientada para a diversificação

institucional e de fontes de financiamento, a agenda reformista neoliberal privilegia a saída privatista para responder a demanda crescente de vagas na Educação Superior, quadro no qual se opera a segunda fase de expansão do Ensino Superior no Brasil. Na LDB de 1996 já está posta a abertura quando, no Art. 45, dispõe que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, 1996). A “diversificação” contribuiu para o *boom* do Ensino Superior no Brasil via rede privada, desde 1995 (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006), estimulando a criação de centros universitários, pequenas faculdades, implantação de cursos sequenciais, isto é, cursos superiores de curta duração, e cursos de “mestrados profissionalizantes autofinanciáveis” (CATANI; OLIVEIRA, 2001, p.184). Veja-se a compilação dos dados acerca do número de IES no Brasil:

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa, Brasil 1991-2007*

Ano	Total	Públicas	Privadas
1991	893	222	671
1992	893	227	666
1993	873	221	652
1994	851	218	633
1995	894	210	684
1996	922	211	711
1997	900	211	689
1998	973	209	764
1999	1.097	192	905
2000	1.180	176	1.004
2001	1.391	183	1.208
2002	1.637	195	1.442
2003	1.859	207	1.652
2004	2.013	224	1.789
2005	2.165	231	1.934
2006	2.270	248	2.022
2007	2.281	249	2.032

Fonte: Dados do INEP (1991-2007). Tabela elaborada pelos autores.

* Governo FHC em azul, Governo Lula em verde.

A Tabela 1 mostra que durante o Governo FHC, de 1995 a 2002, houve um salto de 894 para 1.637 IES, com crescimento efetivo na rede privada², marcado pela quase duplicação do número de IES privadas, e, por outro lado, com um decréscimo de 12,86% na rede pública

² As instituições de educação superior são consideradas pelo INEP em categorias administrativas de dois tipos: 1) as *públicas* são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público, categoria em que se incluem as instituições *federais, estaduais ou municipais*; e, 2) as *privadas* que são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. O INEP incorpora nesta categoria as instituições *privadas com fins lucrativos* e as *privadas sem fins lucrativos*, esta última que abarca IES *comunitárias, confessionais e filantrópicas*. Disponível em <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/tipos_de_instituicao.stm>. Acesso em 12 jul 2009.

no período de 1995 até 2001, nomeadamente, nas estaduais e municipais, com ligeiro aumento em 2002. Em outros termos, se em 1995 o número de IES públicas representava 23,5% do total e as privadas 76,5%, em 2001 passou a representar 11,9% e 88,1%, respectivamente. Tal demarcação temporal coincide com a implementação das medidas para a redução do Estado, com base na idéia de “Estado Social-Liberal” (BRESSER PEREIRA, 1997) que, atingindo diretamente as políticas sociais públicas, consagra o repasse dos serviços considerados “não-exclusivos” para as organizações públicas não-estatais e privadas, onde no escopo, encontram-se, fortemente, as áreas da educação, saúde, cultura e pesquisa científica. As medidas reformistas submeteram as políticas sociais à focalização nos setores mais carentes; descentralização da gestão para as esferas estaduais e locais, abrindo para organizações não-governamentais e setor privado; e privatização, com transferência da produção de bens e serviços para o mercado.

No Governo Lula, iniciado em janeiro de 2003, houve continuidade do processo de expansão do Ensino Superior no Brasil, seguindo as mesmas bases do Governo anterior no que se refere ao incentivo às instituições de direito privado, todavia investindo na ampliação da rede pública, principalmente com o aumento das IES federais e estaduais. Segundo os dados do INEP, sistematizados na Tabela 1, no primeiro ano do Governo Lula, havia 1.859 IES no País, das quais 11,1% públicas e 88,9% privadas. Em 2007, o Censo da Educação Superior indicou um total de 2.281 IES, isto é, um aumento de 18,50% mantendo-se a média percentual de IES públicas e privadas, isto é, 10,9% e 89,1%, respectivamente. Entretanto, de 2003 à 2007 criaram-se 422 novas IES, sendo 42 públicas e as demais privadas. É relevante destacar, ainda, que as IES públicas foram responsáveis por 28,1% do total de cursos de graduação presenciais em 2007, oferecendo 11,66% do total de vagas, conforme indica a Tabela 2.

Tabela 2 - Panorama do Ensino Superior no Brasil por Categoria Administrativa - 2007

	Públicas	Privadas
Número de IES	249	2.032
Percentual de IES	10,9%	89,1%
Número de Cursos Presenciais	6.596	16.892
Percentual de Cursos Presenciais	28,1%	71,9%
Número de Vagas em Cursos Presenciais	329.260	2.494.682
Percentual do número de vagas em Cursos Presenciais	11,66%	88,34%

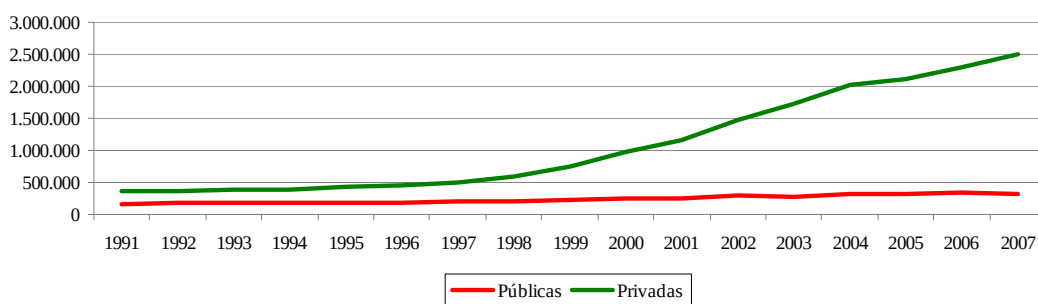
Fonte: Dados do INEP (2007). Tabela elaborada pelos autores.

No marco contextual em tela, a expansão das IES privadas tem sido fomentada a partir de diferentes políticas. A exemplo, criado em 1999, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)³ é uma política que tem por objetivo financiar até 75% dos custos da graduação em instituições privadas para estudantes com situação econômica menos privilegiada. A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁴, de 2004. Este concede bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes que tiverem bom desempenho do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para que frequentem cursos de graduação e seqüenciais em instituições privadas de Ensino Superior. Em contrapartida, as instituições que aderirem ao PROUNI desfrutaram de isenção de alguns tributos. Cabe aqui o alerta de Sousa Santos (2005, p.25), veja-se:

com a transformação da universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento, o direito à educação sofreu uma erosão radical. A eliminação da gratuidade do ensino universitário e a substituição de bolsas de estudo por empréstimos foram os instrumentos da transformação dos estudantes de cidadãos em consumidores.

Não se pode deixar de falar que tais medidas contribuíram, com grande impacto, sobre a criação de vagas no Ensino Superior presencial no país. Se em 1995 havia 610.355 vagas, em 2002 havia 1.773.087 e, em 2007 o total de 2.823.942. A evolução pode ser visualizada no Gráfico 1, que registra o forte crescimento das vagas na iniciativa privada ao longo da última década.

Gráfico 1 – Vagas nos Cursos Presenciais - Brasil 1991 – 2007



Fonte: Dados do INEP (1991-2007). Gráfico elaborado pelos autores.

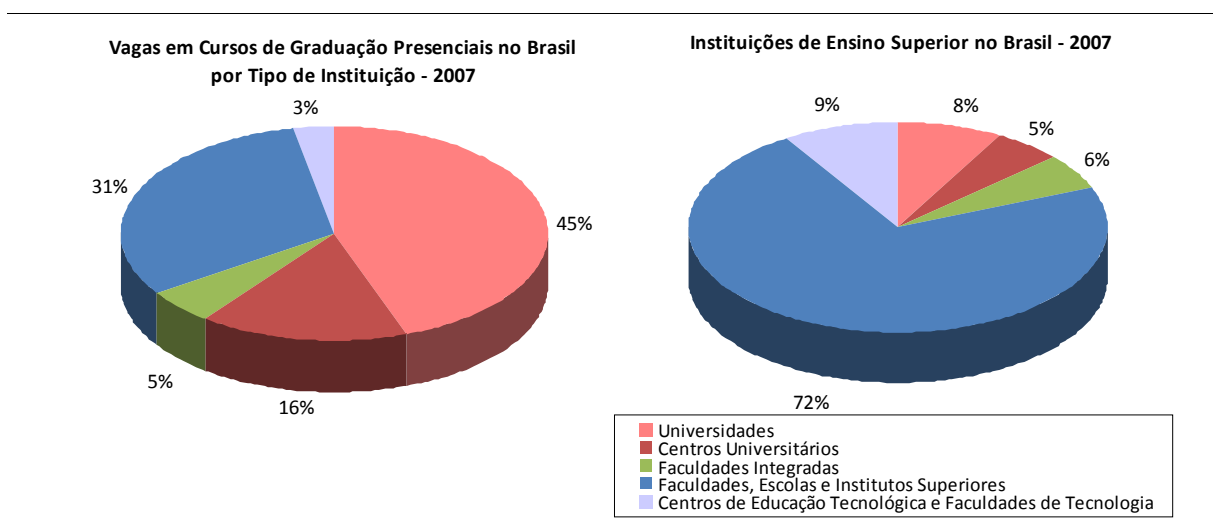
Por outro lado, a expansão do Ensino Superior no Brasil também se deu mediante a diversificação institucional. Inversamente a concepção trazida pela Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, que reza em seu Art. 2º que “o ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados,

³ Disponível em <<http://www3.caixa.gov.br/fies>>.

⁴ Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/prouni>>.

organizados como instituições de direito público ou privado”, a LDB de 1996 veio possibilitar a abertura para diferentes tipos de organização acadêmica⁵. O devir histórico construiu um quadro em que, já no ano de 2007, apenas 8% das IES brasileiras constituíram-se enquanto universidades, tanto públicas quanto privadas, as quais ofereceram 45% do total de vagas presenciais no período. O maior número de IES, isto é, 72% constituem-se em faculdades, escolas e institutos superiores, responsáveis pela oferta de 31% das vagas presenciais. O Gráfico 2 detalha os indicadores percentuais.

Gráfico 2 – Ensino Superior Presencial no Brasil por tipo de instituição – 2007



Fonte: Dados do INEP (2007). Gráfico elaborado pelos autores.

De todo modo, articulados no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁶ do Governo Lula da Silva – que tem por meta atingir a oferta de Educação Superior para, pelo menos, 30% dos jovens de 18 a 24 anos, até 2011 –, estes programas de expansão do acesso na rede privada, todavia, são concomitantes a políticas que, só recentemente, se voltam para a expansão das Universidades Federais, com a instalação de novas unidades e abertura de novos *campi* em diversas regiões do país. Através do Projeto Expandir do Ministério da Educação (MEC), iniciado em 2003, o Governo Federal investiu R\$ 592 milhões com o objetivo de expandir e interiorizar o Ensino Superior no Brasil, criando, até 2006, 10 novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e 40 novos *campi*. Os dados dos Censos do INEP

⁵ Segundo o INEP, os tipos de organização acadêmica são os seguintes: Universidade; Universidade Especializada; Centro Universitário; Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), atualmente os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETS); Faculdades Integradas; Faculdade de Tecnologia; Faculdade, e; Instituto Superior de Educação. Destes, apenas universidades e centros universitários são autônomos para criar ou fechar cursos sem autorização prévia, sendo que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é exigência apenas para as universidades.

⁶ Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>.

registram que em 2003, quando iniciou o Projeto Expandir, havia 109.184 vagas nas Universidades Federais brasileiras, e ao final do Projeto, em 2006, registrou 132.203 vagas.

Em 2007, fora lançado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que vai à mesma direção do Projeto Expandir, todavia buscando otimizar a estrutura já disponível nas IFES, seguindo um plano de gestão que tem por meta aumentar gradualmente “a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos”⁷.

Ainda não estão disponíveis dados que possibilitem acompanhar o impacto do REUNI no que se refere à ampliação do número de vagas e de cursos no âmbito da rede pública de Ensino Superior, pois no momento está sendo feita a coleta de dados pelo INEP para o Censo da Educação Superior referente ao ano de 2008, o que demandará uma retomada complementar e posterior para acompanhar a evolução anual dos dados e analisar seu impacto, assim como a necessidade de uma análise mais qualitativa destas políticas.

Perspectiva para a Formação de Professores

Embora a constatação de uma visível expansão do Ensino Superior no Brasil, quer pelo incentivo a iniciativa privada ou pela nova intencionalidade política de fomento à criação de novas instituições públicas e maior racionalidade na ocupação das vagas públicas existentes, faz-se necessário tecer considerações sobre esta expansão para a Formação de Professores, visualizando o cenário atual da qualificação dos educadores no território nacional.

Inicialmente, vale destacar com Leite e Pachane (2008) que há uma enorme carência de pesquisas sistematizadas sobre as licenciaturas no Brasil, o que dificulta uma leitura mais objetiva e orgânica sobre a Formação de Professores, até mesmo para a orientação e definição de políticas públicas específicas. De posse dos dados do INEP que configuram o cenário evolutivo das licenciaturas no Brasil no período de 2000 a 2006, especificamente dos cursos presenciais de Educação Física, Biologia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Química e Educação Artística, as autoras constataam que, com exceção de Educação Artística, todos os cursos apresentam tendência ao crescimento.

⁷ Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/sesu/reuni>>.

No entanto, pelos dados do Educasenso de 2007 é possível verificar que estamos chegando ao final da primeira década do século XXI com um *déficit* de 600 mil professores atuando sem formação específica na área em que lecionam ou, até mesmo, sem formação de nível superior. Este cenário precipitou o lançamento do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, no dia 28 de maio de 2009, que vem dar prioridade para a graduação emergencial de 330 mil professores que atuam em área que não possuem formação, isto a partir de 90 universidades públicas⁸.

Este cenário deficitário e de abandono por parte das políticas públicas para a Formação de Professores no Brasil, tem transferido tal responsabilidade para as instituições privadas, em grande medida para as faculdades isoladas, passando a configurar a necessidade de uma atuação emergencial e em caráter de prioridade por parte do Governo Federal, passando a incluir, inclusive, via REUNI, como responsabilidade das universidades públicas.

A rigor, o caráter de urgência e a dificuldade de sanar este *déficit* histórico e justificado pelo medo de um colapso no sistema educacional por falta de professores qualificados, podem ter levado o MEC a fomentar a ampliação da modalidade Ensino à Distância (EAD), mediante programas federais como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) que buscam expandir o acesso na modalidade à distância⁹. Vejam-se os dados:

Tabela 3 – Comparativo entre as Modalidades de Ensino Superior no Brasil – 2007

	Presencial	% Presencial	EAD	% EAD	Total
Cursos	23.488	98%	408	2%	23.896
Vagas	2.823.942	65%	1.541.070	35%	4.365.012
Matrículas	4.880.381	93%	369.766	7%	5.250.147

Fonte: Dados do INEP (2007). Tabela elaborada pelos autores.

Embora a curta existência da modalidade EAD no Brasil, a Tabela 3 mostra que ela já responde por um percentual de grande relevância no cenário do Ensino Superior brasileiro, oferecendo cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológico. Em 2007, já havia 408 cursos de graduação na modalidade EAD, número que representa apenas 2% do total de cursos de graduação existentes no Brasil. Todavia, estes cursos EAD são responsáveis por 35% do total das vagas existentes no Ensino Superior brasileiro, sendo que os cursos presenciais, que representam 98% dos cursos, oferecem 65% do total das vagas em cursos de graduação no

⁸ Disponível em <www.inep.gov.br>.

⁹ Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed>>.

Brasil. Estes dados revelam que a EAD tem potencial para oferecer mais vagas por curso do que o ensino presencial.

E, sem dúvida, os cursos de graduação à distância vêm inserindo-se fortemente no campo da Formação de Professores. Sistematizando os dados do Censo da Educação Superior de 2007 (INEP, 2007), é possível verificar que na área da educação encontram-se cursos de Formação de Professores nas mais diversas disciplinas¹⁰, sendo que das 1.541.070 vagas disponíveis no sistema EAD brasileiro, 712.260, isto é, 46% do total de vagas em EAD, estão concentradas na área da educação, já superando a oferta do sistema presencial que responde por 484.087 vagas. Ou seja, 60% das vagas oferecidas em todo o território nacional para a Formação de Professores estão na modalidade EAD, conforme os números indicados na Tabela 4.

Tabela 4 - Áreas dos Cursos de Graduação no Brasil – 2007

	Cursos Presenciais	Percentual Cursos Presenciais	Cursos à Distância	Percentual Cursos à Distância	Vagas Presenciais	Percentual Vagas Presenciais	Vagas à Distância	Percentual Vagas à Distância
Educação	6.403	27%	212	52%	484.087	17%	712.260	46%
Gerenciamento e administração	2.886	12%	108	26%	526.364	19%	522.856	34%
Outras áreas	14.199	61%	88	22%	1.813.491	64%	305.954	20%
Total	23.488	98%	408	2%	2.823.942	65%	1.541.070	35%

Fonte: Dados do INEP (2007). Tabela elaborada pelos autores

Tal fenômeno igualmente ocorre de modo preocupante nos cursos da área de Gerenciamento e Administração, cujos dados do Ensino à Distância também são expressivos, como pode ser verificado na Tabela 4. Os cursos nas áreas da Educação e do Gerenciamento e Administração, juntos, representaram 78% do total de cursos EAD no país em 2007, o equivalente a 80% do total das vagas nesta modalidade.

¹⁰ Cursos na área da educação oferecidos na modalidade EAD, segundo Censo da Educação Superior 2007 do INEP: pedagogia, biologia, letras, artes visuais, educação física, música, artes cênicas, matemática, química, filosofia, geografia, ciências sociais, história, português, educação religiosa, educação artística, língua estrangeira moderna. Além disso, há cursos com as seguintes denominações Formação de professor de computação, Educação infantil, Normal superior, Formação de professor do ensino médio, Formação de professor para a educação básica, Formação de professor do ensino fundamental e Formação de professor de disciplinas profissionalizantes do ensino médio. Na área do Gerenciamento e Administração, que também há grande incidência de cursos à distância, as habilitações são em Administração, Gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Comércio, Gestão Logística, Gestão da Segurança, Gestão da Qualidade, Competências Gerenciais, Administração Pública, Administração de Agronegócios, Administração Hospitalar, Administração de Cooperativas, Ciências Gerenciais, Empreendedorismo. Demais áreas dos Cursos EAD pesquisados pelo INEP: Engenharia Ambiental, Sistemas de Informação, Tecnologia em Açúcar e Alcool, Serviço Social, Ciências Contábeis, Teologia, Enfermagem, Agronegócio, Serviço Aeroportuário, Mercadologia, Turismo, Comunicação Social, Saúde e Segurança no Trabalho, Negócios Internacionais, Agroecologia, Ciências Sociais, Secretariado, Negócios Imobiliários, Criação Gráfica, Produção Multimídia, Sociologia, Gestão Ambiental, Manejo da Produção Agrícola, Publicidade e Propaganda, Agroindústria. Há também, nos dados do INEP, o registro de um de Fisioterapia à distância oferecido pela Universidade Castelo Branco, do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

Este conjunto de políticas e programas voltados à ampliação do acesso ao Ensino Superior, no âmbito das políticas públicas, é protagonista do cenário atual, tornando-se extremamente relevante o estudo mais aprofundado de suas proposições e de seus desdobramentos na esfera sócio-política e educacional do país.

É relevante destacar que a expansão a passos largos do Ensino Superior brasileiro pela via da EAD, acena para a relevância da implementação de políticas de avaliação mais amplas e articuladas, que possam acompanhar de perto a qualidade da formação dos profissionais e, em especial, da Formação de Professores no Brasil visto que 60% das vagas estão nesta modalidade. Convém salientar, em conformidade aos dados e constatações apresentadas, que transitamos entre um histórico de abandono de políticas públicas específicas para a Formação de Professores no Brasil para um cenário onde a implementação de políticas públicas se dá de modo emergencial em demérito real quanto a intervenções qualitativas.

Do mesmo modo, é necessário acompanhar as políticas para a expansão das IFES, particularmente, pela implantação do REUNI em várias universidades federais, de modo a avaliar seu impacto seja na intensificação do trabalho docente seja na qualidade da formação dos profissionais e educadores no país.

A democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil acena estar se dando com vistas ao baixo custo para os cofres públicos e à sua mercantilização, visto que as políticas vêm fomentando a abertura de vagas públicas em IES privadas, como acontece com o PROUNI, as quais dependem de investimentos de menor monta do que vagas em IES públicas. Além disso, as vagas expandidas nas IES privadas e no EAD são, fortemente, em cursos que demandam baixo investimento em infra-estrutura, como na área da Formação de Professores e da Administração, entre outros das áreas sociais e humanas, que não exigem equipamentos e maquinários para laboratórios de alta tecnologia.

Ademais, torna-se relevante analisar se as políticas e o plano de educação no Brasil estão sendo construídos articulados a um projeto nacional e à políticas de ciência e tecnologia, de desenvolvimento econômico e de proteção social, de modo a verificar em qual sentido e a partir de quais concepções a Educação Superior vem se afirmando na teia do plano de desenvolvimento nacional no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRICH, Emir Guimarães. ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. MICHELOTTO, Regina Maria. **Censo da Educação Superior no Paraná**. Relatório de Pesquisa. Julho de 2006

AUDITORIA CIDADÃ. Números da Dívida em 2008. **Boletim Auditoria Cidadã nº 19**. Disponível em <<http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/102-noticia/803-numeros-da-divida-em-2008>>. Acesso em 14 jul. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90**: Lógica e Mecanismos de Controle. Cadernos MARE da Reforma do Estado. Vol.1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, João Ferreira de. A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. In: TRINDADE, Hêlgio (Org). **Universidade em Ruínas na república dos professores**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, Rio Grande do Sul: CIPEDES, 2001. pp.179-189.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** Série Ponto Futuro. n.10. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**. n.28. Curitiba: Ed. UFPR, jul/dez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 30 ed. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação – 1992 a 2007**. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>>. INEP, 1991-2007.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação – 2007**. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>>. INEP, 2007.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Receita Pública: quem paga e como se gasta no Brasil**. Comunicado da Presidência. n.22. IPEA, 30 jul 2009.

LEITE, Simone Aparecida Grisi de Oliveira; PACHANE, Graziela Giusti. Licenciaturas no Brasil: estado-da-arte e evolução estatística por cursos entre 1997 e 2007. In.: **Anais do XIII Encontro de Iniciação Científica da PUC – Campinas**. 21 a 22 de outubro de 2008.

MICHELOTTO, Regina Maria. COELHO, Rúbia Helena. ZAINKO, Maria Amália Sabbag. A política de expansão da Educação Superior e a proposta de Reforma Universitária do governo Lula. **Educar em Revista**. n.28. Curitiba: Ed. UFPR, jul/dez, 2006.

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: UPF, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 21.ed. São Paulo: Cortez/autores associados, 1989.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.